

ANALISANDO AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NUMA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA EM JOÃO PESSOA

ANALYZING THE CONDITIONS OF ACCESS TO USERS WITH PHYSICAL DISABILITIES AT THE UNIVERSITY LIBRARY IN THE JOAO PESSOA CITY

Johny Franklins Pereira Coutinho*

Alba Lígia de Almeida Silva**

RESUMO

O estudo aborda os padrões de qualidade exigidos para bibliotecas universitárias, tendo como objetivo geral analisar os critérios, parâmetros técnicos e as condições de acessibilidade das instalações físicas, no que se refere ao cumprimento das normas estabelecidas da Associação Brasileira de Normas Técnicas. A pesquisa foi desenvolvida numa Biblioteca universitária da rede privada na cidade de João Pessoa no estado da Paraíba. Para maior embasamento teórico buscou-se resgatar estudos sobre os padrões de acessibilidade para bibliotecas universitárias. Realizou-se, entretanto, pesquisa exploratória documental. Na revisão de literatura buscou-se verificar a aplicabilidade desses padrões na biblioteca pesquisada. Concluiu-se que há necessidade de algumas alterações na infraestrutura da biblioteca bem como a sugestão objetivando eliminar as barreiras arquitetônicas existentes nesse ambiente que tem interferido no processo de comunicação entre os usuários e impossibilitando o acesso à informação.

Palavras-chave: Biblioteca Universitária. Acessibilidade. Deficiência Física - Cadeirantes. Estudo de Usuário.

ABSTRACT

The study addresses the quality standards required for university libraries, aiming at analyzing the criteria, technical parameters and conditions of accessibility of facilities, with regard to compliance with the standards established by the Brazilian Association of Technical Standards. The research was conducted in a university library private network in the city of João Pessoa in Paraíba state. For a more theoretical studies sought to redeem on accessibility standards for university libraries. Held, however, exploratory documentary. In the literature review aimed to verify the applicability of these standards in the

library searched. It was concluded that there is need for some changes in the infrastructure of the library as well as the suggestion aiming to eliminate architectural barriers in existing environment that has interfered in the process of communication between users and preventing access to information.

Keywords: University Library. Accessibility. Poor physical – wheelchair.

1 INTRODUÇÃO

As Bibliotecas Universitárias vêm passando por consideráveis transformações há algumas décadas, sejam de caráter organizacional, estrutural ou tecnológico. Essas transformações também se caracterizam pela inserção das tecnologias da informação e pela disponibilidade de inúmeros produtos e serviços nesses espaços o que tem proporcionado maior acesso à informação.

Por volta dos anos 60, nos Estados Unidos e na Europa arquitetos revolucionaram o conceito “Projeto Livre de Barreiras”, que tinha como foco a deficiência física. Nesse sentido, a acessibilidade emerge, entretanto como pretexto para a discussão da deficiência física por ser um tema de grande relevância não apenas no meio acadêmico, mas em diversos seguimentos institucionais e em inúmeros países do mundo.

No Brasil, a acessibilidade começou a ser discutida na década de 80 nos movimentos organizados por pessoas com algum tipo de

deficiência física. Na última década, mais de 24,6 milhões de brasileiros portavam alguma deficiência, registrando um percentual de 14,5% da população que correspondia a 5,7 milhões de pessoas, (IBGE 2000). As políticas de igualdade para deficientes e idosos, no Brasil, são garantidas pela Lei nº 10.098 de 19/12/2000, que destaca a acessibilidade como uma questão de direito ao cidadão bem como assegurar a todas as pessoas as condições para o exercício da cidadania e autonomia. Mesmo assim, ainda existem bibliotecas que não oferecem infraestrutura adequada para possibilitar aos seus usuários portadores de deficiência física, o uso adequado e satisfatório da biblioteca.

Visando minimizar estes obstáculos, as bibliotecas devem seguir os padrões de qualidade estabelecidos pela NBR 9050 (2004), Norma Brasileira inerente a acessibilidade, a edificação, mobiliário, espaço e equipamentos urbanos, para garantir aos seus usuários uma infraestrutura adequada e conseqüentemente poderem oferecer serviços e produtos satisfatórios.

Nosso objeto de estudo foi uma Biblioteca Universitária da rede privada na cidade de João Pessoa, Paraíba, o qual aborda os padrões de qualidade exigidos para bibliotecas universitárias, no que tange a acessibilidade que pode ser compreendida como uma característica de facilitar de forma segura o acesso de qualquer indivíduo a um determinado ambiente. Delineamos nossa pesquisa a partir do objetivo geral que buscou identificar o nível de acessibilidade para deficientes físicos e cadeirantes, nessa Biblioteca. Nos objetivos específicos buscou-se analisar os padrões de qualidade para bibliotecas universitárias estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas técnicas (ABNT) e pelo Ministério da Educação (MEC); analisar o layout da Biblioteca pesquisada; verificar se a Biblioteca atende aos padrões de acessibilidade, pautados na NBR 9050.

2 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

Buscando compreender a origem da biblioteca, primeiro devemos entender o significado da palavra. Lemos (1998, p. 348) nos esclarece, entretanto, que: “[...] biblioteca, vem do vocábulo grego *bibliotheca* que significa de *biblio*, livro, e *theke*, estojo, compartimento, escaninho onde se guardavam os rolos de papiro ou pergaminho, por extensão a estante e, finalmente, o lugar das estantes com livros)”. Esse termo começou a ser utilizado na língua portuguesa só a partir século XIX e, desde então, o conceito de biblioteca vem se transformando e se ajustando por meio da história onde foram surgindo novas concepções do termo destaca como bem destaca Mey (2001, p. 3-4):

[...] cabe aqui um parêntese sobre a palavra “Biblioteca”. De origem grega, através do latim, formada pelos termos “*biblion*” e “*teca*” - geralmente traduzidos como “livro” e “deposito” ou “lugar de guarda” - conduz a um princípio equivocado. No entanto, a palavra grega “*biblion*” não se poderia referir a livros, uma vez que eles eram inexistentes para os gregos antigos; havia apenas rolos de papiro. O papiro, este sim, vinha da cidade fenícia de Biblos (hoje no Líbano), o que nominou o tipo de suporte em grego.

Nesse sentido, biblioteca também é compreendida como espaço de geração do saber, espaço este onde o conhecimento é preservado através de diversos suportes informacionais como bem enfatizam Frago e Duarte (2004, p.167-168) ao considerarem a biblioteca como um: “[...] local onde está arquivado um conjunto de “registro de conhecimento” - seja ele escrito, desenhado ou pintado” e foram, com o passar do tempo se caracterizando conforme seu público específico. Assim, Milanese (2002, p. 83) ressalta que: “[...] cada público tem as suas peculiaridades e não é possível que haja uma biblioteca polivalente que possa se adequar a

cada um deles. Os serviços de informação são tão específicos quanto é o público”.

Para atender adequadamente estes perfis, as bibliotecas também foram se modificando e se tornando cada vez mais especializadas como podemos destacar: Biblioteca Nacional (guardiã da memória gráfica brasileira); Biblioteca Escolar (atende estudantes e professores do ensino fundamental e médio); Biblioteca Especializada (atende a diferentes instituições e/ou categorias profissionais); Biblioteca Universitária (atende estudantes e profissionais do ensino superior); Biblioteca Especial (atende pessoas com necessidades especiais); Biblioteca Infantil (atende crianças); Biblioteca Comunitária ou Pública (criada para atender a comunidade sem a iniciativa e manutenção do poder público).

Todas são igualmente importantes e oferecem serviços de grande relevância a sociedade. Muitas vezes percebe-se que ainda existe uma confusão de conceitos, porém, o objetivo de qualquer uma delas é o de atender satisfatoriamente seus usuários e promover a construção do conhecimento.

A biblioteca universitária entretanto é um órgão que corresponde à unidade de informação de uma universidade e está a serviço da comunidade discente/docente a que está inserida, tendo em vista que os documentos produzidos por eles fazem parte do acervo e está disponível aos usuários.

Em decorrência da reforma do ensino superior em 1968, as bibliotecas universitárias passariam a ser obrigatórias nas instituições de ensino superior, ao menos teoricamente. Contudo, na prática, bibliotecas dessa natureza, ainda não são reconhecidas como um instrumento coadjuvante do processo educativo universitário. Segundo Coutinho (1977) a sociedade ainda não se deu conta de que a biblioteca é a unidade central em toda universidade que se preze, em qualquer parte do mundo. Dentro desse contexto, Ferreira (2011, p. 87) destaca que:

As universidades devem estar voltadas às necessidades educacionais, culturais, científicas e tecnológicas de um país, as bibliotecas devem trabalhar visando a esses objetivos, condicionadas que são às finalidades fundamentais da universidade. Por isso, as bibliotecas devem participar ativamente do sistema educacional desenvolvido pelas universidades [] que só poderão ter sentido se estiverem em consonância com os programas de ensino e pesquisa das universidades a que pertencem.

Fazendo um paralelo entre o ensino e a pesquisa Tarapanoff (1980, p. 9) destaca que “[...] A biblioteca universitária, como parte da sociedade na qual opera, reflete as necessidades gerais do país, e o seu grau de desenvolvimento, sua tradição cultural, seus problemas e prioridades sócio-econômicas [...]”. Assim a Instituição e a Biblioteca universitária fazem parte da história social, econômica e cultural da sociedade.

Para Dias (1994, p. 58), existem duas funções da biblioteca universitária que são bastante significativas:

- a) Planejamento – estudo da comunidade acadêmica e definição de perfis de usuários; Estabelecimentos de diretrizes e políticas, padrões e regulamentos; estudos de espaços de setores administrativos; preparo de relatórios, instruções, manuais de serviço, folhetos institucionais e divulgações, boletins bibliográficos e informativos;
- b) Organização – seleção e coleta de materiais; processamento da informação, armazenagem dos materiais e dados bibliográficos, quer tradicionalmente ou por meios automatizados.

A biblioteca universitária estando bem planejada e organizada contribuirá significativamente para o processo de produção e construção do conhecimento bem como mediação e o fortalecimento das

atividades dentro da instituição a que está inserida.

3 ACESSIBILIDADE

Na história da humanidade há registros de diversas práticas sociais e entre elas podemos destacar a forma de tratamento entre os pares. Em Esparta, município da Grécia, alguns recebiam uma forma de tratamento diferenciada se fosse reconhecido como algum tipo de deficiência e a partir de então poderiam até sofrer algum tipo de punição como por exemplo sobreviver ou não. Alguns eram sacrificados em nome do deus Teotastes nas festas do Agário. Essa ideia não existia apenas na sociedade, mas, também entre os estudiosos e pensadores da época como Platão e Aristóteles, que defendiam a eliminação das crianças com deficiência. Na idade média o reformulador protestante Martin Luther seguia a mesma linha dos pensamentos e ações cruéis, pois as denominavam crianças monstros e aconselhava que fossem mortas. Na China, ao primeiro sinal de alguma deficiência eram jogados ao mar.

Segundo Beyer (2005, p.14), após a segunda guerra mundial “quando as pessoas voltavam mutiladas para casa, a sociedade começou a mudar seus conceitos em relação à deficiência física, passando a envolver-se mais com o indivíduo” este foi um importante processo de aceitação de pessoas com deficiência física. O que podemos observar é que a partir de então surgiram os primeiros passos para a chamada inclusão que Sassaki (1993, p. 35) classifica de “o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais, as pessoas com necessidades especiais, a fim de que estas possam assumir seus papéis na sociedade”.

Percebem-se, entretanto, alterações no comportamento humano e quebra de paradigmas objetivando inserir esses indivíduos no contexto social independente

de suas condições físicas e mentais, pois não justificam o preconceito e a exclusão.

Em 1854, foi construído no Brasil Imperial, o Instituto dos Meninos Cegos, hoje conhecido como Instituto Benjamim Constant e, em 1856, foi construído o Instituto dos Surdos Mudo, hoje mais conhecido como Instituto Nacional de Educação dos Surdos. Em 1954 foi fundada Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), com ensino e estudos gratuitos. Posteriormente, em 1973 foi criado o primeiro órgão federal de política específica, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP). Na década de 80 surge a (CONADE) Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, com o intuito de impulsionar a luta pelos direitos da pessoa com deficiência.

Em busca da inclusão social encontram-se os portadores de deficiência que já em 1989 no Brasil, representavam um quantitativo superior a 17 mil indivíduos com deficiência nas mais variadas especialidades como (física, auditiva, visual, mental) ou ainda com deficiências múltiplas (trata-se da associação de duas ou mais deficiências primárias; física, auditiva visual ou mental).

Após a declaração de Salamanca, em 1994 a sociedade brasileira passou a debater questões essenciais à vida em sociedade. E o que foi a declaração de Salamanca? Esta declaração é uma resolução das Nações Unidas, que trata dos princípios, política e prática em educação especial como também

apresenta os procedimentos padrões das Nações Unidas para a equalização de oportunidades para portadores de deficiência. É considerada mundialmente um dos mais importantes documentos que visam à inclusão social, juntamente com a Convenção sobre os Direitos da Criança (1998) e da Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990). Faz parte da tendência mundial que vem consolidando a educação inclusiva (BRASIL...,2011).

Atualmente, ainda é comum a existência e o uso de termos inadequados em relação a uma pessoa com deficiência física. Segundo Buscaglia (1997, p.28) o uso do termo “Portadora de Deficiência” não se aplica, baseado no seguinte questionamento: “como o sujeito pode carregar algo, se este algo não existe, se este é justamente uma ausência ou redução?” Desse modo, a deficiência não pode ser vista como algo particular ao indivíduo, mas, deve ser abordada à luz das políticas públicas.

A Lei Federal 10.098/2000, sobre Acessibilidade define no Artigo 2º, Inciso III que “a pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida é a que temporária ou permanentemente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo”.

Existem movimentos mundiais que estão debatendo o nome pelo qual as pessoas com deficiência querem ser chamadas. Tal termo faz parte do texto da Convenção sobre Pessoas com Deficiência, adotado pela ONU em 13/12/06 a ser ratificado posteriormente pela lei nacional de todos os Países-Membros. Aqui no Brasil este tratado foi ratificado, através do Decreto Legislativo n.186, de 09/07/08, do Congresso Nacional.

Assim sendo o surgimento do termo acessibilidade vem do latim *accessibilitate*, que significa facilidade de acesso, de obtenção. Segundo o decreto nº 5.296/2004 (NBR 9050:2004) a acessibilidade é

a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Não podemos nos esquecer, entretanto, que para existir acessibilidade se faz necessário dar condições de ir e vir às pessoas com

deficiência física, eliminando as barreiras arquitetônicas impostas pelo homem. O’Sullivan (2004), define as barreiras arquitetônicas como sendo impedimentos físicos que impossibilitam o indivíduo de se movimentar de maneira correta em seus arredores, ocasionando riscos à sua segurança.

Diante desse contexto, a legislação nacional Lei nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000, (BRASIL, 2003) estabelece “normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida. Fica comprovado que para o pleno exercício da cidadania se faz necessário que todo cidadão tenha acesso aos serviços oferecidos pelo estado de maneira igualitária.

O Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei no 7.853, em seu artigo 53, estabelecendo que:

As bibliotecas, os museus, os locais de reuniões, conferências, aulas e outros ambientes de natureza similar disporão de espaços reservados para pessoa que utilize cadeira de rodas e de lugares específicos para pessoa portadora de deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com as normas técnicas da ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação.

Com base no pré-estabelecido desse Decreto citado anteriormente, fica evidente a importância e a necessidade de se colocar em prática ações, que visem proporcionar adequadamente o acesso à ambientes de qualquer órgão público principalmente os que se destinam a promoção da educação e do conhecimento. Nesse sentido, para a construção adequada de alguns centros, como bibliotecas, museus etc., a Associação Brasileira de Normas Técnicas em sua NBR 9050:2004 que trata da “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos” e mais

especificamente no que se refere às bibliotecas e centros de leitura, vem destacando alguns itens para a padronização de determinados ambientes. Esta norma estabelece critérios relacionados à adequação do ambiente para receber o usuário com necessidade especial como sendo primordial para o bom funcionamento do setor. Observa-se também que a necessidade de mudança em vários itens principalmente no que se refere ao layout das bibliotecas é de fundamental importância.

Desse modo, essas mudanças devem proporcionar espaços amplos que ofereçam uma boa circulação entre usuários de qualquer perfil, além de incluir um espaço de convivência ou espaço social que deverá promover grande interação entre eles, visto que os estudos sobre adequação dos espaços de bibliotecas colocam os usuários em primeiro plano. Isso por apresentarem as seguintes qualidades: *flexibilidade* como sendo a capacidade de reconfigurar o *layout* para corresponder evolução das exigências dos usuários; e a *variedade* por ofertar tipos de espaços que facilitem as diferentes formas de aprendizagem (POWELL, 2002, p. 115-116).

Vale à pena frisar, que todas as instalações de uma biblioteca devem seguir padrões estabelecidos pelos órgãos responsáveis, a fim de ter o cuidado de planejar bem todo o ambiente, como também proporcionar total segurança a aqueles que usam seu serviço, conforme padrões estabelecidos pela Association of College and Research libraries (ACRL) e American library Association (ALA) intitulado "*facilities*":

As instalações de uma biblioteca devem ser bem planejadas, de modo a proporcionar um espaço adequado e seguro, propício ao estudo e de investigação com as condições ambientais adequadas para os seus serviços, pessoal, recursos e coleções. Os equipamentos de uma biblioteca devem ser adequados e funcionais (ACRL, 2004).

A ACRL e a Library Administration and Management Association (LAMA) lançaram um guia para o planejamento de arquitetura de bibliotecas com seguinte destaque: "Planejadores e gestores devem se preocupar em desenvolver projeto objetivando futuras adequações não só em seus acervos bibliográficos, mas, expansões e alterações no espaço físico e relacionadas ao perfil do usuário (ACRL,2008).

4 PADRÕES DE QUALIDADE PARA BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Para gerenciar uma biblioteca universitária não basta ofertar produtos e serviços aos seus usuários, mas, disponibiliza-los com qualidade e segurança, de forma padronizada. Segundo Oliveira (2004 apud IFLA 1987):

O estabelecimento e o uso de padrões por bibliotecas universitárias têm chamado a atenção de bibliotecários e administradores de Instituições de Ensino Superior, desde que surgiram nos países desenvolvidos, no início da década de 60.

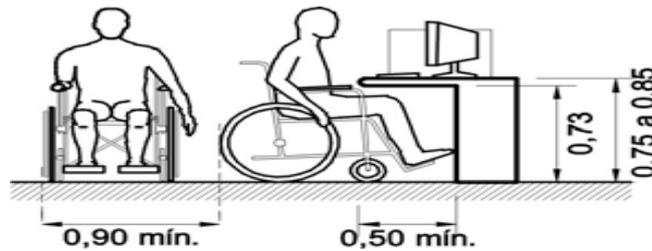
Esse interesse é demonstrado até hoje visto que a preocupação em oferecer aos usuários serviços com qualidade e segurança é fundamental nas instituições, principalmente nas de caráter privado. Uma das instituições que fiscalizam esses padrões de qualidade é o Ministério da Educação (MEC) com o objetivo de verificar *in loco* vários fatores que determinam os níveis de qualidade de uma instituição para poder avaliar a biblioteca da mesma.

Esses padrões estabelecidos pelo MEC vêm influenciando as atividades técnicas desenvolvidas nas bibliotecas pelos profissionais bibliotecários. Assim, pensando nos padrões para qualificar esses espaços, a ABNT (2004) a NBR 9050/04, elaborada pelo Comitê Brasileiro de Acessibilidade (ABNT/CB-40), pela Comissão de Edificações e Meio (CE- 40:001.01) estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados no momento da construção, instalação e

adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade. Para bibliotecas e centros de leitura a norma disponibiliza as seguintes orientações:

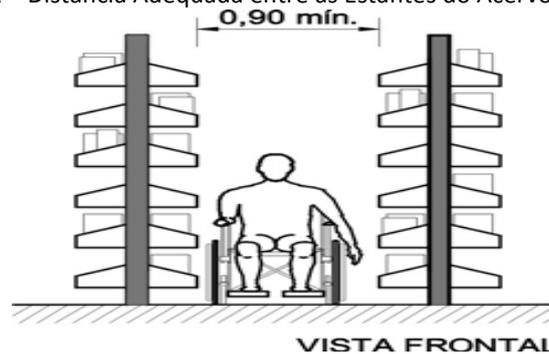
a) Pelo menos 5%, com no mínimo uma das mesas devem ser acessíveis, conforme figura abaixo. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade do cadeirante.

Figura 1 – Metragem adequada para Utilização de Mesa para Pesquisa Virtual



Fonte: ABNT- NBR 9050 (2004)

Figura 2 – Distância Adequada entre as Estantes do Acervo de Livros

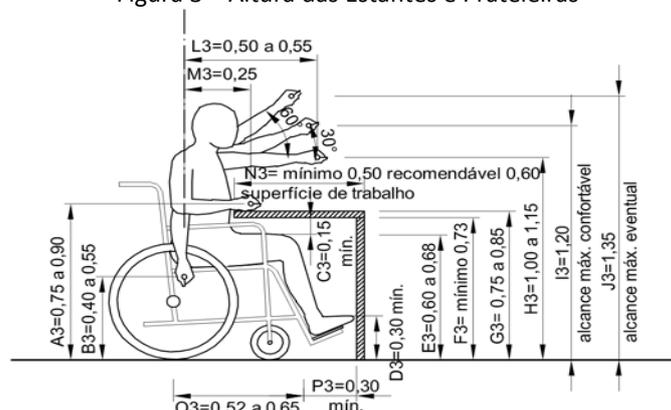


Fonte: ABNT NBR 9050 (2004)

b) A distância ideal entre estantes do acervo deve ser de no mínimo 0,90 m de largura. Nos corredores entre as estantes do acervo de livros, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas.

Recomenda-se a rotação de 180°. Isso permitirá maior locomoção do cadeirante no acervo, podendo ele mesmo circular sem transtornos nesse ambiente.

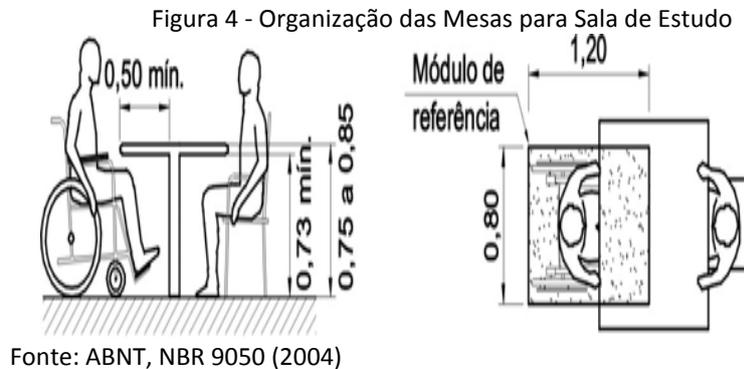
Figura 3 – Altura das Estantes e Prateleiras



Fonte: ABNT, NBR 9050 (2004)

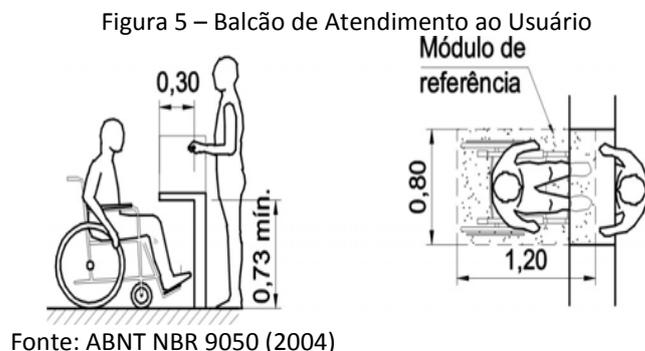
c) A altura das prateleiras deve atender às faixas de alcance manual e os parâmetros visuais do usuário em cadeira de rodas (cadeirantes). Isso possibilitará que o próprio usuário escolha entre os diversos livros

disponíveis nas prateleiras o que é de seu interesse, sem precisar solicitar auxílio, deixando o usuário mais a vontade, sem deixá-lo em situação desconfortável.



d) As mesas de estudo ou superfícies para trabalhos manuais devem possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso. Deve ser garantido um M.R. (módulo de referência) posicionado para a aproximação frontal, possibilitando avançar sob as mesas ou superfícies até no máximo 0,50 m. Deve ser

reservado um espaço livre para circulação de pessoas medindo 0,90m de área para manobra e acesso às mesmas. Assim, os ambientes reservados para estudo em grupo, não podem abrir mão dessas especificações para não impossibilitar a circulação dos cadeirantes.



e) Os balcões atendimento ao usuário devem ser acessíveis a P.C.R., devendo estar localizados em espaços de fácil acesso e com metragem adequada onde a parte da superfície do balcão, deverá ter uma extensão de no mínimo 0,90m, como também deve possuir altura de no máximo 0,90m do piso. Deve ser garantido um M.R. posicionado para a aproximação frontal ao balcão que deverá medir altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso e profundidade livre inferior de no mínimo 0,30m.

A biblioteca universitária que atender a estas especificações estará garantindo a qualidade, a segurança e satisfação dos seus usuários, bem como a oferta de produtos e serviços de qualidade.

5 A PESQUISA

Para maior embasamento teórico buscou-se resgatar estudos sobre os padrões de acessibilidade para bibliotecas universitárias. O nosso objeto de estudo foi uma Biblioteca Universitária da rede privada de ensino

superior em João Pessoa, Paraíba. A pesquisa foi desenvolvida durante os meses de maio a junho de 2011 e a escolha por esta biblioteca ocorreu pelo fato do pesquisador trabalhar nesse ambiente, facilitando desse modo o desenvolvimento da pesquisa.

Realizou-se, entretanto, pesquisa exploratória documental por abordar e utilizar os padrões de acessibilidade estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) visto que este é o órgão responsável no Brasil.

Na revisão de literatura acerca do tema buscou-se verificar a aplicabilidade desses padrões na biblioteca pesquisada. A escolha por esse tipo de pesquisa proporcionou uma visão ampla dos pontos investigados.

Nesse sentido, para classificar nosso estudo recorreremos a Gil (1988) onde ele afirma que é possível classificar a pesquisa com base nos seus objetivos, procedimentos e técnicas, podendo a pesquisa ser classificada em exploratória documental.

A pesquisa exploratória ou diagnóstica tem a finalidade de realizar um estudo com o intuito de obter informações ou

dados mais esclarecedores e consistentes sobre o tema abordado. Essa modalidade de pesquisa também pode envolver o levantamento bibliográfico e até mesmo o estudo de caso (FIORENTIN; LORENZATO, 2006 apud JESUS, 2008, p. 16).

Concordando com a afirmativa, a pesquisa exploratória proporciona uma visão ampla dos pontos investigados, bem como um maior embasamento teórico do que se está pesquisando, objetivando facilitar a delimitação do tema.

6 AVALIANDO AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE DA BIBLIOTECA PESQUISADA

Pensando em melhor contribuir para uma prestação de serviços com qualidade à Biblioteca, faremos a seguir uma avaliação da sua estrutura física com o olhar focado nas questões relativas à acessibilidade quanto aos usuários portadores de necessidades especiais, que fazem uso de cadeiras de rodas.

Fotografia 1 - Porta Principal da Biblioteca



Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Podemos observar que a entrada da biblioteca não proporciona aos cadeirantes condições de fácil acesso, visto que será necessário solicitar auxílio de uma segunda pessoa para que a porta seja aberta. Ao se

aproximar da porta principal, o cadeirante terá que fazer algumas manobras para tentar abri-la e conseqüentemente não terá sucesso, pois a largura não será suficiente para a passagem da cadeira de rodas. Além do

tempo que o usuário levará para conseguir adentrar no recinto ele ficará exposto a algum tipo de constrangimento, podendo

comprometer a frequência desse usuário à biblioteca.

Fotografia 2 - Balcão de Atendimento



Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

O Balcão de Atendimento da Biblioteca, conforme fotografia 2, mede 1,10m de altura, enquanto que o estabelecido pela NBR 9050(2004) que é de até 0,73m. A altura fora do padrão pode dificultar o atendimento,

visto que o alcance visual tanto do cadeirante quanto do atendente ficará prejudicado. Nesse caso, a qualidade do serviço será comprometida além de causar uma possível insatisfação no usuário.

Fotografia 3 – Distância entre as Estantes do Acervo



Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

As estantes do acervo da Biblioteca estão distribuídas em três blocos onde cada estante é acoplada à outra formando paredes. A distância dos blocos é de 0,82m, como demonstrado na fotografia 3, permitindo inferir que a circulação de um cadeirante nesse espaço é ficará inviável. A Biblioteca

não contemplou as especificações da NBR 9050/04 que para este espaço é de 0,90m. Percebe-se que durante a localização de um livro na parte inferior da estante o usuário precisa se agachar impossibilitando dessa maneira a passagem de outros usuários, independente se cadeirante ou não.

Fotografia 4 – Posicionamento da Estante do Acervo



Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Verificamos que as estantes que acomodam o acervo da Biblioteca, são distribuídas em dois blocos como mencionado anteriormente, e, nota-se que ao final elas encostam nas divisórias que separam o acervo e outro setor da Biblioteca. Essa atitude errônea impede a circulação de qualquer usuário. Ao chegar ao final do corredor do acervo é obrigatório o

retorno pelo mesmo local, pois o corredor é sem saída. Esse tipo de organização e *layout* causa a aglomeração de pessoas entre as estantes, principalmente nos horários de grande circulação na Biblioteca. A NBR 9050/04 enfatiza que a cada 15cm seja dado um espaço para uma manobra de 180º.

Fotografia 5 – Distribuição das Mesas no Salão de Leitura



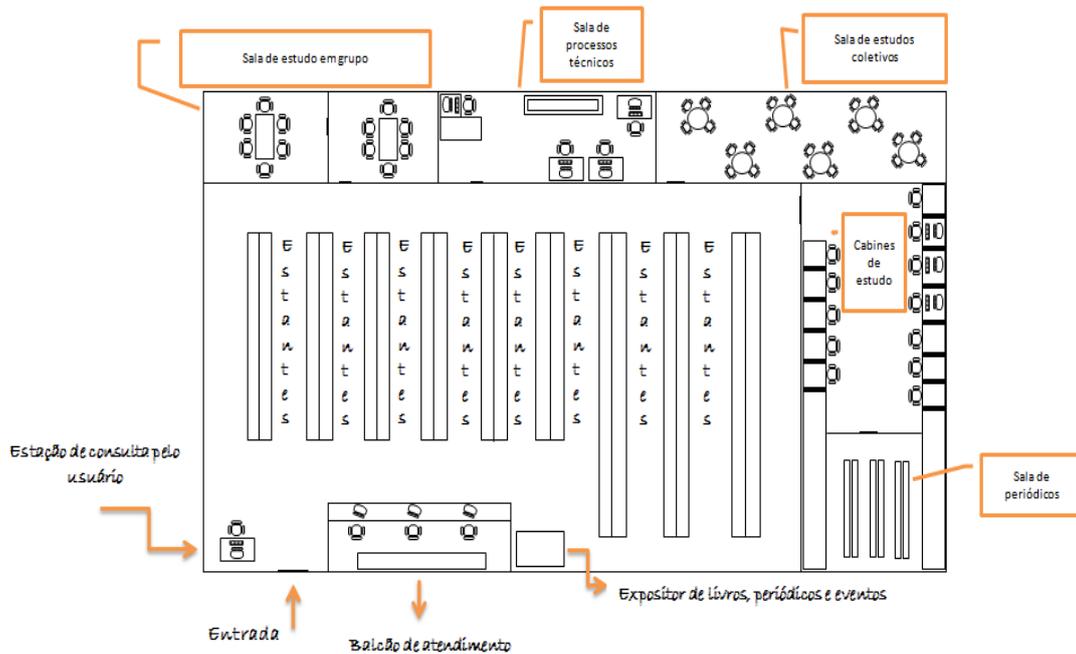
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

O Salão de Leitura e estudo em Grupo da Biblioteca é equipado com seis (06) mesas redondas sendo composta de quatro (04) cadeiras em cada uma delas. Observa-se, como ilustra a fotografia acima, que este ambiente além de está localizado no final da biblioteca ele não oferece as mínimas condições para a circulação de usuários cadeirantes pela proximidade das mesas e

cadeiras. Esse espaço está comprometido, ainda, no que se refere à individualidade dos grupos.

Apresentamos abaixo uma proposta de Novo Layout da Biblioteca que foi desenvolvido com o intuito de dinamizar o espaço físico que era disponível.

Figura 7 – Proposta de Novo Layout para a Biblioteca



Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bibliotecas universitárias vêm passando por mudanças que são decorrentes dos avanços tecnológicos da sociedade atual e essas mudanças têm se caracterizado pela grande oferta de produtos e serviços diferenciados, possibilitando dessa forma um maior acesso à informação independente do seu suporte físico. Percebe-se, entretanto, que essas bibliotecas estão se modernizando cada vez mais para melhor atender a demanda e o perfil de seus usuários, proporcionando ambientes diferenciados e tornando seus espaços físicos mais acessíveis e adequados conforme os padrões de qualidade estabelecidos e regulamentados por órgãos responsáveis e validados como as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Nesse estudo, constatou-se, que a Biblioteca onde foi realizada a pesquisa, necessita reestruturar seu espaço físico para que os usuários em cadeiras de rodas (cadeirantes) possam circular com facilidade e com isso ter acesso aos produtos e serviços

disponibilizados por ela. Nesse sentido, como a biblioteca não atende as especificações dos padrões de qualidade estabelecidos pela NBR 9050/2004, sugerimos:

- Ampliação do espaço físico para garantir a circulação adequada dos cadeirantes e usuários comuns;
- Mudança do tipo de porta instalada na entrada da biblioteca por uma que permaneça aberta durante o horário de funcionamento da biblioteca e com largura específica para a passagem de cadeirantes;
- Adequação da altura do balcão de atendimento;
- Descolar as estantes das divisórias do Salão de Leitura e Estudo em Grupo e largura específica entre elas;
- Adequação das salas de estudo para circulação dos cadeirantes.

Diante dessas sugestões e com pensamentos reflexivos sobre a acessibilidade na Biblioteca pesquisada, sugerimos um novo *layout*, no intuito de contribuir para a melhoria e a qualidade dos produtos e serviços prestados

aos seus usuários, com atenção especial aos seguintes itens:

a) **Barreiras arquitetônicas:** balcão de atendimento muito alto, altas estantes e pouco espaço entre uma e outra para movimentação de cadeirantes.

b) **Dificuldade de Comunicação e compreensão:** para cada tipo de deficiência há uma postura específica e um serviço diferenciado como por exemplo a comunicação através da linguagem dos sinais para deficientes auditivos.

c) **Falta de materiais especializados:** custos elevados para aquisição de materiais específicos para cada tipo de deficiência implica, muitas vezes, na ausência desses serviços como por exemplo o Método Braille.

d) **Falta de tecnologia adequada e/ou adaptada:** hoje se conta com softwares que facilitam o relacionamento entre o indivíduo e a máquina com ou sem necessidades especiais.

REFERÊNCIAS

ACESSIBILIDADE Brasil. Disponível em: <http://acessibilidade.net>. Acesso em: 20 mai. 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050:** Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. 105 p.

BUSCAGLIA, L. **Os deficientes e seus pais.** 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997. 415 p.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento.** São Paulo: SENAC, 2003.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Disponível em : <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2011.

FERREIRA, S. M. S. P. **Estudo de necessidade de informação: dos paradigmas tradicionais à abordagem Sense-Making.** Porto Alegre, 1997. Disponível em <http://www.eca.usp.br/nucleos/sense/textos/sumar.htm>. Acesso em: 03 de maio de 2011.

FIGUEIREDO, N. M. **Aspectos especiais de estudo de usuários.** Ciência da Informação, Brasília, 12(2):43-57, jul/dez. 1993. Disponível em <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/download/1496/1114>. Acesso em: 03 de maio de 2011.

FRAGOSO, G. M.; DUARTE, R. Livro, Leitura, Biblioteca...Uma Historia Sem Fim. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 8/9, p. 166-170, 2003/2004. Disponível em: <http://www.acbsc.org.br/revista/ojs/include/getdoc.php>. Acesso em: 18 mai. 2011.

GÓMEZ HERNÁNDEZ, J. A. **Los usuarios de las bibliotecas: estudio e comunicacion.** In: ____ Gestion de bibliotecas. Murcia: DM, 2002.p.95-110. Disponível em <http://www.gti1.edu.um.es.8080/jgomez/bibgen/intranet/06usuarios.PDF>. Acesso em 03 de maio de 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2000. **A característica da população.** [s.l]: IBGE, 2000. Disponível em: <http://ibge.gov.br>. Acesso em: 02 jun. 2011.

LEMOS, A. A. B. Bibliotecas. In: CAMPELLO, B. S. et al. **Formas e expressões do conhecimento: introdução as fontes de informação.** Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998. p.347-366.

MANUAL de mídia legal: comunicadores pela inclusão. Ri de Janeiro: WVA, 2003. 100p.

MEY, E. S. A. Biblioteca Alexandrina. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação.** Campinas, v. 1, n. 2, p. 71-91, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://dici.ibict.br/archive/00000241/01/RDBCI-2004-18.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2011

MILANESI, L. **Biblioteca.** Cotia: Atelie Editorial, 2002. 116 p.

MILANESI, L. **O que é biblioteca.** São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção primeiros Passos, n. 94).

NASCIMENTO M. J.; WESCHENFELD, S. **Necessidade de informação dos vereadores de Florianópolis: estudo de usuários, Informação &**

Sociedade. João Pessoa, v.12, n.1, 2002.
Disponível em
<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/viewFile/161/155>. Acesso em:
03 de maio de 2011.

O'SULLIVAN, S. B. et al. **Fisioterapia: avaliação e tratamento.** Avaliação ambiental. Cap. 12, p. 333.
4ª Ed. São Paulo:Manole,

PÁDUA, E. **Metodologia da Pesquisa: abordagens teórico-práticas.** Campinas, SP. Papyrus Editora, 2002

SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.
Disponível em:<
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 20 de jun. de 2011

SASSAKI, R. K. **Preconceito, Discriminação, Estigma e Estereótipo em relação as pessoas portadoras de deficiência.** mimeo, 1993

ZMOGINSKI, F. Dante lidera donwloads em biblioteca publica. **INFO ONLINE**, 2008. Disponível em:
<http://info.abril.com.br/aberto/infonews/012008/03012008-9.shl>. Acesso em: 25 mai. 2011

Dados sobre autoria

*Graduado em Biblioteconomia. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. Paraíba.

** Professora Mestra do Departamento de Ciência da Informação. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. Paraíba
E-mail: aligiasilva@gmail.com

Artigo enviado em setembro de 2012 para a edição especial da [revista](#).